



Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
UNIDADE REGIONAL COLEGIADA NORTE DE MINAS
ATA da 13ª Reunião Ordinária realizada
no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Grão Mogol
Av. Franklin Barbosa, 32 Centro - de Grão Mogol- MG.-
no dia 21/06/2005, às 13,30 horas.

1. Aos 21 dias de junho de 2005, reuniu-se a URC - Unidade Regional Colegiada do Norte
2. de Minas, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Grão Mogol - Av. Franklin Barbosa,
3. 32 - Centro - Grão Mogol- MG. Participaram os seguintes membros Conselheiros
4. Titulares e Suplentes: como Presidente, o Secretário Adjunto de Estado de Meio
5. Ambiente, Dr. Shelley de Souza Carneiro; Secretaria Extraordinária para o
6. Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas: Suplente –
7. Carlos Fernando Amaral; Polícia Militar de Minas Gerais: Titular: Major PM Jorge
8. Bonifácio Oliveira; Procuradoria Geral da Justiça: Titular– Paulo César Lima;
9. Microrregiões da Área Mineira de SUDENE, do Baixo Jequitinhonha e do Médio
10. Jequitinhonha: Suplente: João Alves – Prefeitura de Salinas; Suplente: Dalton Soares
11. Figueiredo – Representante da Prefeitura de Pirapora; Suplente: Paulo de Farias Ribeiro
12. – Secretário de Meio Ambiente de Montes Claros; Microrregião do Noroeste de Minas:
13. Suplente: Jueli Cardoso; Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG,
14. atuante na região de abrangência: Suplente – Marcos Murilo Maciel; Federação da
15. Agricultura do Estado de Minas Gerais – FAEMG, atuante na região de abrangência:
16. Titular – Alexandre Machado Pinto; Federação das Associações Comerciais, Industriais,
17. Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS, atuante na
18. região de abrangência: Titular: Cássio Avelino Pereira; Representante de Entidades Civas
19. representativas de Categorias de Profissionais Liberais, ligadas à Proteção do Meio
20. Ambiente, atuante na região de abrangência: Titular: Mônica Maria Ladeia;
21. Representante de Organizações Não-Governamentais, legalmente constituídas no Estado
22. de Minas Gerais para Proteção, Conservação e Melhoria do Meio Ambiente, atuante na
23. região de abrangência: 1º Titular: Eduardo Gomes de Assis – Coordenador Técnico do
24. Instituto Grande Sertão; Cientistas, Tecnólogos, Pesquisadores ou Pessoas de notório
25. saber, reconhecidamente dedicados às atividades de preservação do meio ambiente e à
26. melhoria da qualidade de vida, atuante na região de abrangência: Suplente – João
27. Carneiro Filho - CEFET/Januária. Estiveram também presentes a Coordenadora do
28. NARC, Maria Cláudia; a advogada Carolina Fagundes Carvalho, responsável pelo Setor
29. Jurídico da URC/COPAM Norte de Minas, além de técnicos dos órgãos envolvidos e da
30. SEMAD. A reunião se realizou seguindo a pauta publicada no “Minas Gerais” de
31. 10/06/2005.
32. **Item 1 – Hino nacional**
33. **O Presidente Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário Adjunto da SEMAD, abre a**
34. **reunião e, em seguida, se executa o Hino Nacional.**
35. **Item 2 – Abertura**
36. Logo após o Hino Nacional, o Presidente cumprimenta as pessoas presentes, os
37. funcionários da SEMAD, as autoridades, com destaque para o Prefeito de Grão Mogol,
38. Sr. João Costa, pela ajuda que deu para a realização desta reunião. Diz da satisfação de
39. estar na cidade e justifica que, quando se propunha um Conselho itinerante, a idéia era



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

40. exatamente estar, em futuro muito próximo, presente nos 853 municípios de Minas,
41. trazendo o compromisso do Governo de Minas Gerais com os problemas ambientais,
42. num sistema integrado, participativo, principalmente deliberativo, que é um dos grandes
43. trabalhos desenvolvidos pelos Conselheiros. Era um Conselho fechado em Belo
44. Horizonte, com poucas pessoas, especialistas que, muitas vezes nunca tiveram a
45. oportunidade de conhecer Grão Mogol, o Jequitinhonha, os problemas do Norte nos seus
46. aspectos ambientais, de discutir com a comunidade esses problemas. Hoje o COPAM
47. obteve uma vitória porque realizou muitos debates em pontos longínquos do estado com
48. a participação efetiva das comunidades. Diz ainda que, a cada viagem, há um
49. enriquecimento com a participação dos mais diversos segmentos, estudantes, professores,
50. universidades, com o comprometimento de autoridades, prefeitos, promotores públicos.
51. Os promotores têm contribuído muito para esse trabalho, que não é só do Estado, mas é
52. de toda a sociedade, que é colocar esse estado como uma casa que seja a melhor para se
53. morar, como diz o Governador. É preciso que cuidemos do ambiente para que tenhamos
54. um ambiente adequado à grandiosidade que é Minas Gerais com sua diversidade de
55. cultura. Elogia a participação sempre a maior dos Conselheiros e ressalta o valor
56. histórico de Grão Mogol, suas belezas naturais, que, espera, em pouco tempo serão
57. conhecidas por toda Minas Gerais com o asfaltamento já previsto da estrada de acesso à
58. cidade. Reafirma sua satisfação e de toda a equipe da SEMAD, destacando Dr. Oliver,
59. Chefe de Gabinete da SEMAD, e Dr. Rogério, por estarem na cidade e pela recepção que
60. tiveram. Informa que as reuniões já se realizaram em mais de 150 municípios, já se
61. deliberaram e licenciaram mais de 1.500 projetos nos diversos COPAMs Regionais.
62. Moções resolveram sérios problemas em lugares distantes. Está-se juntando a sociedade
63. para resolver seus problemas com o apoio da Câmara de Política Ambiental, que é um
64. órgão que tem o papel principalmente de fomentar o desenvolvimento sustentável no
65. estado. Passa a palavra ao **Prefeito** que agradece às autoridades o fato de terem escolhido
66. sua cidade para sede da reunião e se coloca à disposição. O **Presidente** agradece ao
67. secretário de Meio Ambiente, Paulo Eugênio Paulino, pela ajuda dada para a realização
68. da reunião. Em seguida, passa a palavra para a **Secretária de Turismo de Grão Mogol,**
69. **Diná Costa**, que apresenta um documentário sobre as riquezas de ecoturismo local. O
70. **Presidente** dá os parabéns pela apresentação e diz que Grão Mogol será a futura
71. Tiradentes do Norte de Minas, com características próprias. Em seguida, apresenta a
72. nova Coordenadora do NARC do Norte de Minas, Maria Cláudia. Apresenta também a
73. Dra. Mônica Cordeiro, Coordenadora de Irapé, que falará sobre o projeto ainda nesta
74. reunião. Informa que há, em Belo Horizonte, diversos grupos de trabalho discutindo
75. assuntos de grande importância para o Norte de Minas. Diz que esses grupos têm a
76. finalidade de discutir problemas específicos, muito pontuais, mas com “expertises” para
77. que eles contribuam com informações para que o COPAM possa analisar esses
78. problemas e partir para políticas e diretrizes mais adequadas e com maior participação de
79. toda a sociedade. Há grupos de: Reforma Agrária, Combustíveis, Drenagem em cidades,
80. Mata Seca, Mata Atlântica, Matérias-primas, Riachão, Área Cárstica no estado de Minas,
81. Legislação Urbanística e Ambiental, DN 58–Loteamento, Área de Preservação
82. Permanente, Sistema de Unidade de Conservação e Compensação Ambiental. Há
83. também um trabalho sobre Zoneamento Ecológico do estado de Minas e a Educação
84. Ambiental, que vai fazer parte do licenciamento ambiental. Informa ainda que está em
85. fase de montagem a Política Estadual de Resíduos Sólidos. Diversos estados já possuem
86. sua política de resíduos sólidos. Há também uma proposta feita pelo CONAMA, que se



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

87. encontra no Congresso. Em Minas, a idéia é criar grupos de discussão em todos os
88. COPAMs Regionais para que se faça um grande e amplo trabalho. As seis Câmaras
89. também discutirão seus problemas ambientais, contribuindo para um grupo central que
90. estará em Belo Horizonte com especialistas e que vai ser a cabeça do sistema e vai
91. organizar todas as informações das Câmaras e dos COPAMs Regionais. Haverá uma
92. ampla participação de toda a sociedade. As discussões feitas por grupos regionais serão
93. levadas para os outros membros dos COPAMs para que também participem e dêem suas
94. contribuições. Esses trabalhos serão canalizados para os NARCs que vão sistematizar e
95. enviar ao grupo maior em Belo Horizonte. Conforme o cronograma, dentro de um ano
96. essa proposta deverá estar dando entrada na Câmara de Política Ambiental e, a partir daí,
97. na Plenária do COPAM. Está-se atravessando uma fase de grande riqueza e discussões
98. profundas na área ambiental. E a sociedade tem muitas coisas boas, muitas soluções
99. guardadas e que podem ser descobertas e utilizadas. Este é momento de discutir os
100. resíduos sólidos e descobrir novas soluções, colocar a ciência e a tecnologia em função
101. do resíduo, ou seja, não gerar resíduo ou aproveitar resíduo. As cidades têm problemas
102. de produção e destinação de lixo, os lixões. É preciso pensar nos novos paradigmas que
103. estão aparecendo no mundo. **O Presidente** informa ainda que está sendo programado
104. para novembro um encontro, em Araxá ou Poços de Caldas, de todos os COPAMs
105. Regionais, todas as Câmaras, a Plenária do COPAM, o Conselho Estadual de Recursos
106. Hídricos, os Comitês de Bacia, o Fórum dos Comitês de Bacia, o Fórum das ONGs.
107. Toda a cabeça pensante da política ambiental vai ter oportunidade de se encontrar e
108. pensar junto. Vai-se começar a discutir a Agenda 21 regional que vai ser capitaneada
109. pelos NARCs com processo temático que vai partir de Belo Horizonte. São oito bases
110. temáticas definidas pelo Governo Federal que estão sendo usadas pelos estados. Serão
111. essas as bases das discussões regionais e que depois serão sistematizadas em Belo
112. Horizonte com a ajuda do CREA, antes das discussões finais. Nessa reunião, serão
113. apresentados trabalhos ambientais e culturais. Muitas são as riquezas culturais de Minas.
114. Pede que todos os Conselheiros titulares e suplentes estejam presentes a essa reunião,
115. que será uma grande festa, para participar, contribuir e fazer a integração dessa rede que
116. se está construindo em Minas Gerais. Como há muitas alterações entre os Conselheiros e
117. para que as pessoas conheçam os participantes e as entidades representadas, **o Presidente**
118. pede que os Conselheiros se apresentem e identifiquem suas instituições. **O Presidente**
119. lembra que aqueles que estão representando prefeitos estão de fato representando
120. microrregiões e não apenas cidades.
121. **Item 3 da pauta Comunicado dos Conselheiros.** **O Conselheiro Carlos Fernando**
122. **Amaral**, representante do IDENE, informa que o IDENE incluiu Grão Mogol no
123. Turismo Solidário, proposta nova do Governo do Estado, com a finalidade de incentivar
124. a atividade na região. **O Conselheiro Dalton Soares Figueiredo** diz que houve duas
125. plenárias do Comitê da bacia do São Francisco nos dias 16 e 17. Houve, no dia 15, uma
126. reunião de Governadores na qual se tirou uma posição sobre a transposição na qual
127. concordavam com a transposição desde que ela fosse exclusivamente para o
128. abastecimento humano e dessedentação animal e autorizando-se o máximo de 26m³/s. O
129. Governador já acenou com a possibilidade de discutir autorização do eixo norte, que se
130. caracteriza pelo abastecimento humano da região de Campina Grande. Nos dois dias em
131. Pirapora, o fato relevante foi a posse dos membros do Comitê e a eleição da nova
132. diretoria, com Dr. Jorge Curi para a Presidência e Dr. José Carlos Carvalho para a Vice-
133. Presidência. Para a Secretaria Geral foi eleito o Prof. Enivaldo, ex-Secretário de Meio



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

134. Ambiente de Alagoas. Houve também o início da discussão do Pacto das Águas, que é o
135. grande desafio, pois se trata de discutir interesses específicos e não mais um único ponto
136. de interesse comum. Isso vai exigir um grande trabalho de articulação e de mobilização e
137. o Dr. Jorge Curi e o Dr. José Carlos têm experiência para conduzir o processo. A reunião
138. foi proveitosa, e Minas Gerais, através de Pirapora sediou bem o Comitê e deu uma lição
139. de hospitalidade e de organização, que Geraldo Santos fez com muita maestria. O
140. **Conselheiro Paulo Ribeiro**, Secretário de Meio Ambiente de Montes Claros, comunica
141. o lançamento da revista Verde Grande, no dia 02 de julho, em Montes Claros, por
142. ocasião do aniversário da cidade e iniciando os preparativos para a comemoração dos
143. 150 anos da cidade. Informa também que o segundo número, um trabalho conjunto da
144. Prefeitura e da Unimontes, deverá ser lançado em novembro, na Festa do Pequi, tendo
145. como tema o Cerrado e o Desenvolvimento Sustentável. Pede a todos que quiserem
146. colaborar que apresentem seus trabalhos. O **Presidente** pede que se confirme a data deste
147. lançamento para que não se marque a reunião de Araxá na mesma data. O **Conselheiro**
148. **Paulo Ribeiro** informa que a data deverá ser de 11 a 20 de novembro. O **Conselheiro**
149. **Paulo César Lima**, representante do Ministério Público, informa que a Promotoria de
150. Defesa do São Francisco, juntamente com o IEF, Ibama, Emater, PM Ambiental, UFMG
151. e Codevasf, estará realizando, no mês de julho, a primeira etapa do projeto Vereda Viva.
152. O objetivo é visitar, em 15 municípios, os ecossistemas denominados veredas, onde há
153. problemas maiores de degradação ambiental. Serão montadas nove equipes com técnicos
154. desses órgãos para fazer um amplo diagnóstico, que será encaminhado aos Promotores de
155. Justiça para tentar sensibilizar os eventuais degradadores para recuperação desses
156. ecossistemas tão importantes para a região. O **Presidente** reforça que o problema das
157. veredas é um problema sério. Há na região muitas veredas secando por diversos motivos
158. e mesmo por falta de informação e conscientização de sua importância na região. A vida
159. existe na região por causa das veredas. Diz também ter ficado satisfeito com uma
160. correspondência da Diretoria do Verde Grande, onde se pedia que principalmente os
161. Comitês de Bacia participem do COPAM. Diz estar sendo feita uma reformulação no
162. COPAM para agregar outros elementos da sociedade. É preciso não só que os NARCs
163. participem dos Comitês. Haverá uma grande reforma tentando introduzir os Comitês no
164. COPAM para agregar, somar, porque os problemas são comuns. Isso poderá ser
165. concretizado em Araxá ou Poços de Caldas. Passando às atividades deliberativas, o
166. **Presidente** informa o Conselho é um órgão democrático, participativo e principalmente
167. deliberativo. É o Conselho que dá licença para uma empresa através de seu voto. Muitas
168. vezes não se tem consciência da importância de deliberar ou não. Isso se baseia no
169. trabalho dos técnicos do IEF, IGAM, FEAM, e nas análises jurídicas feitas pelos
170. advogados. Informa que até agora tudo o que diz respeito à região tem entrado por Belo
171. Horizonte, mas, a partir da próxima semana, tudo entrará por aqui e será analisado aqui.
172. Depois de já estar acontecendo em outras cinco regionais, chegou a vez de o Norte
173. assumir todo o trabalho. O sistema está preparado para trabalhar em rede com todo o
174. grupo. Tudo será mais ágil. Um FOB que era emitido em 120 dias, agora será feito, no
175. máximo, em três dias. Um empresário, da sua casa vai poder emitir pela internet seu
176. Formulário de Caracterização de Empreendimento, e o FOB vai ser emitido para ele “on
177. line”. Vai-se iniciar também o sistema de análise integrada com elementos das três
178. agendas. Durante dois anos esse esquema foi montado e agora começa a dar frutos.
179. **Item 4 – Exame da Ata** – O Presidente coloca em discussão a Ata da 12ª Reunião
180. Ordinária, do dia 10 de maio. O **Conselheiro Paulo César Lima** informa que na ata



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

181. consta que o processo de licenciamento ambiental da Lafarge seria retirado da pauta e
182. seria incluído nesta sessão, entretanto não está na pauta. **Carolina Fagundes, Assessora**
183. **Jurídica do COPAM**, informa que o processo foi baixado em diligência e retornará em
184. outra reunião. Não teria prazo para entrar nesta reunião. Ainda está sendo avaliado pela
185. FEAM juntamente com o empreendedor. O **Conselheiro Paulo César Lima** faz notar
186. que constou que deveria voltar nesta reunião. A **Assessora Carolina Fagundes** informa
187. que fez a correção dessa ata e que não seria exatamente isso. Se está na ata e teria que
188. fazer a correção. O **Presidente** diz que está em dúvida: se é colocado em diligência, tem
189. que voltar na reunião seguinte. Tem quase certeza de que se foi colocado em diligência
190. tinha que estar na pauta hoje. Foi um erro do setor jurídico. A **Assessora Carolina**
191. **Fagundes** diz que consultou a FEAM. A FEAM, na verdade, abriria um prazo para o
192. empreendedor apresentar documentação, pois lhe foi cerceado esse prazo na época. O
193. **Presidente** insiste que, se foi colocado em diligência, tem voltar na reunião seguinte. Diz
194. que houve um erro e pede esteja necessariamente na próxima reunião para que os
195. Conselheiros possam apreciar. Diligência não pode demorar mais de um mês. O
196. **Conselheiro Major Jorge Oliveira** diz que foi solicitado que se fizesse uma inspeção
197. no local e se constatou que a extração da argila da Lafarge é feita dentro de uma vereda
198. e próximo a mais duas veredas. Sugere que, com Dr. Paulo César, se faça uma vistoria “in
199. loco”. A Polícia já esteve no local, já registrou boletim de ocorrência. Acha que esse
200. processo deve ser olhado com um pouco mais de carinho. O **Presidente** diz que a
201. observação é importante e que o NARC deve aproveitá-la antes de trazer o processo para
202. apreciação. O **Presidente** pede que se faça modificação dizendo que não foi colocado
203. como deveria e colocar a obrigatoriedade de trazer na próxima reunião. O **Conselheiro**
204. **João Alves**, de Salinas, questiona por que o Conselho se instalou de forma itinerante.
205. Diz que, se foi para que se possa conhecer a cidade, está faltando uma programação
206. apropriada. Diz também que todos os municípios devem estar tendo a mesma
207. dificuldade: decidir o que é da competência do Conselho e o que não é. E mais: qual é a
208. melhor forma de se encaminharem as solicitações recebidas. Acha que está faltando, pelo
209. menos no caso de Salinas, capacitação básica. Não sabe se há alguma orientação, pois
210. participa pela primeira vez. O **Presidente** acha ótima a observação e explica que, quando
211. se iniciaram os trabalhos, houve uma grande preparação, mas em razão das eleições
212. aconteceram muitas mudanças. Pensava-se em fazer um treinamento no início do ano,
213. mas vai propor que se antecipe para que se atenda a lugares onde ocorreram muitas
214. mudanças. Mudanças aconteceram também na legislação: a DN 01/90 é substituída pela
215. 74/04. Sugere até que se possa fazer uma reciclagem de ano em ano. O **Conselheiro**
216. **Dalton Soares Figueiredo** diz que também assumiu recentemente e acha que o
217. Conselheiro João Alves está falando sobre a preparação dos membros do CODEMA. Diz
218. ser importante fazer uma preparação das equipes que estão chegando. O **Conselheiro**
219. **Paulo César Lima** pede desculpas por se estar invertendo a pauta e diz que a colocação
220. feita pelos dois Conselheiros é realmente importante. O Promotor diz ter entrado em
221. contato com 62 municípios que compõem a bacia do Verde Grande sobre a política de
222. gestão ambiental e o que houve uma grande boa vontade por parte dos prefeitos e dos
223. conselheiros, mas também uma grande dificuldade para responder aos ofícios. Conclui,
224. então, que está faltando capacitação das pessoas, dos conselheiros. A Promotoria do São
225. Francisco, em parceria com a Emater, com as Faculdades Santo Agostinho, UFMG,
226. Codevasf, já criou o Programa de Gestão Municipal Ambiental do Verde Grande ao São
227. Francisco. Pretende-se fazer encontros microrregionais, como o que ocorreu em São



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

228. Francisco com representantes de 18 prefeituras. O Sisnama é importante, mas mais
229. importante é que tudo comece pelos CODEMAs, que tudo funcione a partir dos
230. municípios. É preciso que a SEMAD dê seu apoio. O projeto é uma meta ousada: ter
231. CODEMAs nos 100 municípios da Área Mineira da Sudene. A ajuda da SEMAD e do
232. COPAM é fundamental no treinamento. Com R\$ 1.000.000,00 equipam-se os 100
233. CODEMAs. Essa quantia não é nada no Programa de Revitalização Ambiental. Espera-
234. se o apoio efetivo da SEMAD. Todos querem proteger o meio ambiente, mas sem saber
235. como fazer. **O Presidente** pede que se volte ao assunto nos Assuntos Gerais. Diz que
236. muito vem sendo feito, mas sem a divulgação adequada e que existem canais com os
237. quais se pode fazer um trabalho fantástico. Coloca em votação a Ata, ressaltando a
238. modificação para apresentar o projeto da Lafarge na próxima reunião. A Ata é **aprovada**.
239. **Item 5 – Processo Administrativo para exame de Licença Prévia “ad referendum” –**
240. **Elsa Antônia da Silva Borges** – exploração de areia – Lagoa Grande/MG PA COPAM
241. N° 443/2004/001/2004 – DNPM N° 832.846/2002 - Apresentação: NARC Norte de
242. Minas. O **Conselheiro Eduardo Gomes** diz que, apesar da clareza do processo, mais
243. uma vez a questão legal, os processos administrativos não estão sendo cumpridos
244. conforme a previsão de lei. No caso específico, uma exploração ocorre desde 2000, sem
245. a devida licença ambiental, numa área bastante antropizada. É um processo que está em
246. andamento. Questiona se foi feita alguma notificação legal para a empresa. É preciso que
247. se tenha um rigor maior, pois há vários casos nesta condição. O **Consultor Técnico do**
248. **NARC, Fabiano**, explica que esteve na empresa e verificou que está atuando desde 2000
249. e, como o processo era da Divisão de Minerais não-Metálicos, foi passado para lá que a
250. empresa vinha funcionando sem qualquer licença ambiental, e, como resposta, foi
251. informado já ter sido lavrado o auto de infração. Como a empresa possui o registro de
252. licenciamento do DNPM, sugeriu-se que se fizesse a Licença de Operação Corretiva. Por
253. isso o indeferimento da LP. O **Presidente** pede que se evitem siglas, pois muitas pessoas
254. as desconhecem. O **Conselheiro Paulo César Lima** sugere que se reduza o prazo de 90
255. dias para 30 dias. Colocado em votação, o indeferimento foi **aprovado**. A proposta do
256. Conselheiro Paulo César Lima também é **aprovada**. **Item 6 – O Presidente** informa
257. que vai trabalhar com destaque. **Processos Administrativos para exame de Licença de**
258. **Operação: 6.1 – Poly-Hurethane Indústria e Comércio** – fabricação de óleo de
259. mamona Itacarambi/MG – PA COPAM N° 326/2000/003/2004; **6.2 – Rimo Industrial** –
260. fabricação de óleo de mamona – Janaúba/MG – PA COPAM N° 129/1992/0056/2003. A
261. **Conselheira Mônica Ladeia**, da AREA, pede destaque nos dois processos. Informa que,
262. no item 6.1, no Parecer Jurídico, a validade é 4 anos e, no Parecer Técnico, a validade é 6
263. anos. **Carolina Fagundes**, Assessora Jurídica do COPAM, justifica a falha como erro de
264. digitação e faz a retificação do Parecer Jurídico: a validade da licença é de 6 anos.
265. Colocado em votação pelo Presidente, o item 6.1 é **aprovado**. Colocada também em
266. votação, a modificação de 4 para 6 anos é **aprovada**. **Item 6.2 - Rimo Industrial** –
267. fabricação de óleo de mamona – Janaúba/MG. O **Conselheiro Paulo César Lima** sugere
268. a diminuição do prazo para 30 dias. O **Presidente** coloca o processo em votação com a
269. mesma alteração de 4 para 6 anos. O processo é **aprovado**. **Carolina Fagundes**,
270. Assessora Jurídica do COPAM, informa à Conselheira Mônica Ladeia que sua
271. observação com relação ao prazo de validade da licença não procede porque o processo
272. da Rimo é de indeferimento, enquanto o item 6.1 é de deferimento. Informa que o prazo
273. para um novo processo, que é de 90 dias, pode baixar para 30 dias. Informa ainda que, no
274. último parágrafo do Parecer Jurídico, houve a orientação de que o empreendedor deve



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

275. formalizar um novo processo administrativo. Ele deverá apresentar o FCEI – ele vai
276. iniciar a partir do FCEI – no prazo de 10 dias. O **Presidente** diz vai cancelar a votação
277. feita para o item 6.2, pelo indeferimento, que é diferente do processo do item 6.1. No
278. presente caso, não há alteração de 4 para 6 anos. **Carolina Fagundes, Assessora**
279. **Jurídica do COPAM**, esclarece que no caso da Rimo Industrial, item 6.2, o Parecer
280. Técnico sugere que, em 90 dias, o empreendedor formalize o processo de licenciamento.
281. O Parecer Jurídico recomendou o prazo de 10 dias para ele entrar com o pedido de
282. licenciamento. São duas coisas diferentes. Sugere diminuir o prazo de 90 para 30 dias de
283. acordo com o que foi feito em processo anterior (Item 5). O **Presidente** pergunta se está
284. claro e coloca em votação, dentro dessa nova ótica, o processo da Rimo Industrial –
285. fabricação de óleo de mamona, de Janaúba. O processo é **aprovado**. O **Presidente** passa
286. ao **item 7** – Processo Administrativo para exame de Licença de Operação Corretiva “ad
287. referendum” – Apresentação NARC Norte de Minas. **7.1 - Rodrigo Bueno**
288. **Mascarenhas – Projeto Agropecuário Irrigado e Bovinocultura** – irrigação e criação
289. de animais de médio e grande porte - Buritizeiro/MG.-PA COPAM Nº 224040104. **Item**
290. **7.2 – Agropecuária Buriti Grande Ltda.** – projeto agropecuário irrigado –
291. Lassance/MG – PA COPAM Nº 133/04/01/04. O **Presidente** coloca em destaque.
292. **Carolina Fagundes, Assessora Jurídica do COPAM**, pede aos Conselheiros que façam
293. retificação tanto no Parecer Técnico como no Jurídico, no item 7.1- Rodrigo
294. Mascarenhas: o prazo dessa licença é de 8 anos, pela classe do empreendimento, Classe
295. 2. O **Presidente** pede que o setor jurídico não traga tantos erros. Diz que aceita um, mas
296. três, não. Não podem acontecer tantos erros. Em seguida, coloca em discussão o item 7.1
297. - Rodrigo Bueno Mascarenhas – projeto agropecuário irrigado e bovinocultura –
298. Buritizeiro/MG. Diz que não coloca em destaque porque tem problema. A **Conselheira**
299. **Mônica Ladeia** diz ter dúvidas quanto aos parâmetros de qualidade de água. Questiona
300. se há necessidade de fazer cianeto, fenóis, dureza e mercúrio. **Marco Alexandre,**
301. **Técnico do NARC**, diz que utilizou como parâmetro o mesmo que se vinha sendo
302. utilizado em processos iguais. Informa que, se não se julgar necessário, pode-se eliminar.
303. A **Conselheira** opta por manter. O **Conselheiro Paulo César Lima**, em relação à
304. condicionante que fala em proteger a área contra a entrada de animais domésticos,
305. pergunta se a sugestão técnica é para cercar. **Marcos Alexandre** informa que todas as
306. áreas já estão cercadas. A reserva legal é cercada e averbada. Colocado em votação pelo
307. **Presidente**, o processo é **aprovado**. O **Presidente** passa ao **item 7.2 - Agropecuária**
308. **Buriti Grande Ltda.** – projeto agropecuário irrigado – Lassance/MG, colocando-o em
309. discussão. A **Conselheira Mônica Ladeia** sugere que a área de reserva legal deveria ser
310. cercada durante a licença toda. Sugere que se tire “180 dias” e se coloque “durante o
311. período da licença”. O **Conselheiro Paulo César Lima** diz que “180 dias” é melhor para
312. o meio ambiente do que “durante o período da licença”, que é de seis anos. **Carolina**
313. **Fagundes**, Assessora Jurídica do COPAM, informa que o prazo de 180 dias é a partir da
314. concessão da licença de operação. A **Conselheira Mônica Ladeia** acha que é muito
315. tempo. **Mário, Consultor Técnico do NARC**, informa que, em seu Parecer Técnico,
316. constam 120 dias. Houve um erro quando se anotou 180 dias. Entretanto a área é de
317. agricultura, não tem animais, por isso considera que se pode esperar um pouco, levando-
318. se em conta o lado financeiro do empreendedor. O **Conselheiro Paulo César Lima**
319. sugere que se faça constar mais explicitamente a construção de cercas. O **Conselheiro**
320. **Murilo Maciel, representante da FIEMG**, diz que, em razão da padronização de
321. procedimentos, algumas orientações deveriam ser passadas para o corpo técnico para que



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

322. se adotassem padrões, como no caso da análise da água. Quanto à proteção das áreas, se
323. devem ser cercadas, que já se defina isso. O **Presidente** diz entender a posição, mas não
324. pode impedir que o Conselheiro faça sua proposta. O que se pode fazer é mostrar o que
325. existe em termo de lei, de limite, de índice, para orientar. O **Conselheiro Murilo Maciel**
326. diz que se trata apenas de estabelecer ou não a necessidade. Se não precisa, que não se
327. faça. O **Presidente** considera que a situação é complexa porque as pessoas não têm o
328. mesmo nível de conhecimento dos problemas, que são múltiplos. O que se pode fazer é
329. trazer esclarecimento quanto à lei para que o Conselheiro vote com consciência do que
330. existe. Colocado em votação, o processo é **aprovado**. Coloca-se em votação a alteração
331. de 180 dias para 120 dias. É **aprovada** a modificação. Passa-se ao **item 8 – Processo**
332. **Administrativo para exame de Licença de Operação Corretiva “ad referendum” –**
333. **Cerâmica Cowan Ltda. - fabricação de tijolos – Montes Claros/MG.** O **Presidente**
334. coloca em discussão. A **Conselheira Mônica Ladeia** questiona sobre o local da extração
335. da argila. **Fabiano, técnico do NARC**, informa que apenas ontem recebeu a empresa
336. para fazer a vistoria. Vai tentar responder pela técnica de Belo Horizonte, responsável
337. pelo processo. Relata que visitou a empresa com o técnico Milton. A empresa funciona
338. desde 1965, produz na faixa de 300.000 tijolos/mês. Consome por volta de 700m³ de
339. argila por dia, proveniente de terceiros, mais precisamente da Fazenda Vista Alegre, em
340. Montes Claros. Os resíduos sólidos estavam dispostos inadequadamente. A empresa está
341. construindo um sistema de tratamento de esgoto sanitário, já em fase final. Possui um
342. poço artesiano com outorga do IGAM. Acha que o prazo de 720 dias é adequado em
343. razão do processo de licenciamento do fornecedor da argila. O **Conselheiro Major**
344. **Jorge Oliveira** alerta que se pode estar incorrendo no risco de validar uma coisa irregular.
345. Se a empresa adquire argila de fornecedor não licenciado, está-se corroborando com uma
346. situação que não é lícita, não é legal. Deve-se especificar no processo o local onde extrai
347. a argila. Casos semelhantes já passaram pelo Conselho, como o caso de Taiobeiras, onde
348. a Polícia esteve presente e fez as devidas notificações. O **Presidente** diz que isso está
349. acontecendo em todos os COPAMs Regionais. Há um grupo de trabalho estudando o
350. assunto e não se chegou ainda a um denominador comum porque está sendo discutido
351. também pela Advocacia Geral do Estado, da qual se espera um parecer. Existem várias
352. conjecturas. Alguns Conselhos tomaram a atitude de tornar isso condicionante e a
353. FIEMG está abrindo uma ação contra o COPAM da região que decidiu isso. O
354. **Conselheiro Paulo César Lima** sugere que se aplique o princípio “in dubio, pro natura”.
355. Considera também o prazo muito longo. O técnico do NARC, **Fabiano**, diz que, na
356. verdade, se está licenciando a unidade industrial de fabricação de tijolos. A parte de
357. matéria-prima seria outro processo. Se a empresa não tem licença, ela vai ter obter três
358. licenças. Diz que gostaria de sugerir mais três condicionantes no processo. O **Presidente**
359. diz que as condicionantes devem ser propostas pelos Conselheiros. Se algum achar
360. conveniente pode solicitar a participação do técnico. A **Conselheira Mônica Ladeia** diz
361. que sua preocupação é porque em processos anteriores, como no de Taiobeiras, havia o
362. prazo de 360 dias. Considera mais ético dar o mesmo prazo para todos os processos. O
363. **Conselheiro Murilo Maciel** diz acreditar que o Conselho se encontra diante de duas
364. questões: uma é o licenciamento da Cowan, que está sendo analisado; outro aspecto é a
365. cadeia produtiva que não está em discussão e deve ser tratada diferentemente. O
366. **Presidente** concorda e diz que é por isso que existe um grupo de trabalho, em Belo
367. Horizonte, discutindo a cadeia produtiva. É um assunto importante, que tem que ser
368. analisado juridicamente, tecnicamente, e passar por um grande crivo. O COPAM pode



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

369. participar contribuindo para a discussão. Essa grande discussão começou com o carvão
370. vegetal. O **Conselheiro Murilo Maciel** diz que, quanto ao prazo, considera que o prazo
371. estipulado pelo técnico, que conhece a realidade da empresa, deve estar mais adequado
372. do que outro que ele queira adotar. O **Conselheiro Paulo César Lima** destaca que, como
373. alertou a Conselheira Mônica, o Conselho tem adotado o critério de estabelecer um prazo
374. menor. Se a posição do técnico for inflexível quanto aos 720 dias, pode até rever sua
375. posição, mas prefere continuar com o critério anteriormente adotado. E essa
376. condicionante deve ser considerada na licença. Quanto ao outro aspecto, deve-se esperar
377. uma decisão jurídica. O **Conselheiro Major Jorge Bonifácio** diz que colocou a questão
378. porque tem receio de essa argila estar sendo captada até mesmo numa área de
379. preservação permanente. Quer que a empresa especifique onde está extraíndo a argila
380. para possa fazer uma fiscalização no local. Se estiver dentro da legalidade, será liberada.
381. **O Presidente** diz que cada Conselheiro pode colocar sua proposta, como achar
382. conveniente, mas, no final, quem vai definir é o voto. O **Conselheiro Paulo César Lima**
383. informa que recebeu do técnico propostas de condicionantes que deveriam estar no
384. processo, mas que por algum descuido não foram aí colocadas. O Conselheiro pede que o
385. próprio técnico as apresente, pois não vai apresentar como suas propostas que são do
386. NARC. A falha se justifica pelo fato de o técnico ter tido acesso aos documentos apenas
387. na véspera. O **Conselheiro Dalton Soares Figueiredo** considera que há duas questões.
388. Primeiro, a natureza da análise: o parecer é sobre a produção de tijolo ou sobre a
389. produção de argila? Um aspecto tinha que ser desvinculado do outro. Sugere que retire o
390. processo de pauta para se aprofundar o estudo e pede vistas do processo. O **Presidente**
391. diz que é regimental e o processo deve voltar na próxima reunião. Passa-se ao **item 9 –**
392. **Processo Administrativo de exame de Licença de Operação Corretiva – Senagran**
393. **Exportação Comércio e Indústria Ltda.** – beneficiamento de blocos e chapas de
394. granito - Divisa Alege/MG. PA COPAM Nº 1803/2003/001/2004 – Apresentação NARC
395. Norte de Minas. O **Presidente** coloca em discussão. Não havendo intervenção, coloca
396. em votação. O processo é **aprovado**. O **Presidente** coloca em discussão o **item 10 -**
397. **Processo Administrativo de exame de Licença de Operação Corretiva –**
398. **Agropecuária Auto Flores Ltda.-** fabricação de aguardente de cana de açúcar -
399. Varzelândia/MG – PA COPAM Nº 1640/2003/001/2004. Apresentação FEAM e NARC.
400. A **Conselheira Mônica Ladeia** pede esclarecimento se a empresa foi comunicada de que
401. o RCA e PCA apresentava problemas, e se a FEAM tem esse papel. **Carolina Fagundes,**
402. Assessora Jurídica, informa que, assim que é detectada essa insuficiência nos estudos, é
403. comunicado ao empreendedor, estabelecendo prazo para a correção dos dados e
404. informações apresentados do forma inconsistente. Isso ocorreu com essa empresa, mas
405. ela não manifestou interesse. Daí, o indeferimento. A **Conselheira Mônica Ladeia**
406. sugere que essa informação conste no resumo, para que o Conselheiro se sinta mais bem
407. orientado. O **Presidente** concorda que tudo deve vir detalhado. Pede à Coordenadora do
408. NARC que tudo venha bem especificado. Sabe que esse processo veio de Belo
409. Horizonte, mas agora, como o processo sendo montado em Montes Claros, muitas
410. dificuldades serão sanadas. Decide que tudo que vier de Belo Horizonte e não tiver a
411. presença do técnico responsável presente deve sair de pauta. Colocado em votação o
412. processo é **aprovado**. **Item 11 - Processo Administrativo de exame de Licença de**
413. **Operação Corretiva – Posto Cruzeiro** - comércio varejista de combustível automotivo
414. e derivado de petróleo e álcool – Paracatu/MG – PA COPAM Nº 3690/2001/001/2001 –
415. Apresentação: FEAM. O **Presidente** coloca em discussão. O **Conselheiro July**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

416. **Cardoso**, representante da Prefeitura de Paracatu, diz que esse posto é recém-reformado
417. com autorização da FEAM. Diz que a Prefeitura de Paracatu tem adotado o critério de
418. fazer a vistoria, em lavadores e postos de combustível, da caixa separadora e essas ações
419. mais comuns de gestão ambiental. Isso já foi feito neste posto, tendo sido verificada a
420. adequação quanto à emissão de efluentes. O **Presidente** lembra que isso é um trabalho de
421. parceria entre a FEAM e a Prefeitura, que é muito importante. O **Conselheiro Paulo**
422. **César Lima** pede informação se não seria uma autorização de funcionamento, de acordo
423. com DN 74. O **Técnico Milton** informa que os empreendimentos cujos processos já
424. estão em análise, como neste caso, estão sendo aprovados como licença. Os que entrarem
425. agora serão enquadrados na 74/04, e, até 75.000, serão autorização. O **Presidente**
426. informa que há uma palestra muito interessante sobre o assunto e, como sempre há
427. postos e gasolina na pauta, sugere que seja apresentada em uma reunião do Conselho
428. para que traga esclarecimentos. Colocado em votação o processo é **aprovado. Item 12 –**
429. **Apresentação sobre o Parque Estadual de Grão Mogol e Parque Estadual Lapa**
430. **Grande** - Apresentação do Escritório Regional Norte do IEF. O **Presidente** informa que
431. a apresentação será feita por Antônio César da Cruz, Gerente Médio Operacional de
432. Bocaiúva. Diz ainda que gostaria que o COPAM estivesse muito ativo nesse caso. O
433. COPAM tem que começar a fazer moção e pressionar. Vamos ver o que está sendo feito
434. e, depois, ver em que o Conselho pode contribuir para agilizar esse processo. **Antônio**
435. **César da Cruz, Gerente do Núcleo Operacional de Florestas, Pesca e Biodiversidade**
436. **de Bocaiúva**, e ex- Gerente do Parque Estadual de Grão Mogol, apresenta pedido de
437. desculpas da Dra. Josefina, Supervisora, por não estar presente devido a problemas de
438. saúde. Faz a apresentação será sobre o “**Regional Norte do IEF**”. **Silvério Seabra da**
439. **Rocha**, Ordenador de Regularização Fundiária do IEF, trabalha junto à Diretoria de
440. Biodiversidade, informa que está substituindo o Prof. Sérgio Murilo de Carvalho Vale,
441. que não pôde participar devido a atribuições que foram delegadas de representação em
442. outra reunião. Deveria falar sobre desafetação de área de parte do Parque Estadual de
443. Grão Mogol e ampliação para compensar essa desafetação. Explica que desafetação de
444. um parque, conforme Lei 9985/2000, lei que cria o Sistema Nacional de Unidades de
445. Conservação, é dizer que uma área não é mais parque. O papel do IEF, neste caso, é a
446. preparação de documentação necessária para que o Governo tome a decisão de
447. encaminhar ou não esse interesse municipal de desafetar a área proposta para a
448. Assembléia, que vai deliberar sobre isso. O IEF vai fazer esse trabalho junto com a
449. Prefeitura de Grão Mogol, para preparar a documentação a ser encaminhada à área
450. competente do Governo e, posteriormente, à Assembléia Legislativa. Diz ainda que
451. visitou com a equipe de Montes Claros a área da Lapa grande, que é uma área de grande
452. interesse tanto ambiental quanto turístico. Depois de criado o parque, deverá ser o mais
453. visitado do estado. Diz que sua vinda tem como objetivo reunir-se com a equipe de
454. Montes Claros para traçar um roteiro de trabalho e de estudo que devem ser
455. encaminhados às instâncias do Governo do Estado para serem encaminhados à
456. Assembléia, além de uma proposta de consulta pública. Diz ainda que Antônio César fez
457. referência a uma área próxima ao Parque de Serra Nova, que já foi visitada e é de
458. interesse. Está sendo estudada a forma de anexação dessa área ao Parque Serra Nova. O
459. **Presidente** agradece a apresentação dos técnicos Antônio César e Silvério Seabra. Item
460. **13 – Apresentação sobre a nova proposta para a APA Municipal de Montes Claros**
461. – Apresentação: Prefeitura Municipal de Montes Claros e Instituto Grande Sertão. O
462. **Conselheiro Paulo Ribeiro** fala da possibilidade de Dr. Silvério e Prof. Vale visitarem a



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

463. área de criação do parque na Lapa Grande. Informa que estrategicamente se criará o
464. parque para, depois, se criar APA. O ITER se encarregará do levantamento descritivo de
465. toda a área do parque. Justifica a importância da fazenda em razão da existência de
466. diversos sítios arqueológicos, pinturas rupestres de até 8.000 anos; algumas das
467. principais nascentes da cidade aí se encontram; existem 35 grutas apenas na fazenda
468. Lapa Grande. A fazenda está abandonada. Militantes do MST, acampadas nas
469. proximidades, já tentaram ocupá-la uma vez e hoje tentam ocupar a fazenda em volta., o
470. que seria uma catástrofe em termos ambientais. Informa que a grande vantagem, com a
471. desapropriação dessa fazenda, é que o parque já estará praticamente pronto. Toda infra-
472. estrutura já está montada. O parque está a cinco quilômetros da área urbana de Montes
473. Claros, no lado norte, onde não existe nenhuma unidade de conservação. Existe
474. praticamente montado um hotel onde a unidade de pesquisa poderia funcionar 30 dias
475. após a desapropriação dessa área. Mesmo abandonada, foi conservada, pois como diz
476. Darcy Ribeiro, “a burguesia tem bom gosto”. O **Conselheiro Eduardo Gomes** diz que
477. foi feita a primeira proposta na penúltima reunião do Conselho em Montes Claros. A
478. proposta avançou para ampliação da área da APA atendendo a recomendações e
479. solicitações de ONGs, Ministério Público, Universidades, entendendo que o interesse
480. primeiro da criação da APA é garantir a preservação de áreas que estão relativamente
481. preservadas. Diz que é importante deixar claro que não há intenção de cercar a atividade
482. econômica, havendo mesmo possibilidade de os levantamentos apontarem novas
483. alternativas econômicas. A criação da APA amplia a obrigação do Estado na fiscalização
484. e amplia a possibilidade de captação de recursos para utilização dessa área para cumprir
485. o objetivo de preservação. Faz-se, então a apresentação de audiovisual. Após a
486. apresentação, o **Presidente** propõe que se continuem as apresentações com a exposição
487. sobre Irapé e, posteriormente, se façam os debates. **Item 14 - Conheça o Projeto Irapé**
488. – **Apresentação: Mônica Neves Cordeiro/Cemig.** A **Dra. Mônica Cordeiro**,
489. Superintendente da Cemig, responsável pelo Projeto, agradece a oportunidade de falar
490. sobre o Projeto Irapé e diz o Projeto não é apenas uma usina, mas é visto como um
491. projeto que tem outros projetos. Entende-se Irapé como a obra em si, mas também seus
492. programas socioambientais, em especial o programa de remanejamento de populações e
493. o pacote de benefícios para a região. A idéia é apresentar a Usina Presidente JK Irapé
494. para que todos conheçam e tenham sua curiosidade aguçada e se possa aprofundar no for
495. de interesse de todos. Faz a apresentação. Terminada a apresentação, o **Presidente** abre a
496. palavra para debates sobre os assuntos apresentados: o Parque de Grão Mogol, a APA de
497. Montes Claros e o Projeto Irapé. O **Conselheiro Alexandre Machado Pinto, da**
498. **FAEMG**, questiona se o parque de Montes Claros, a APA, se limita à margem esquerda
499. da rodovia ou se ultrapassa a margem direita. O **Conselheiro Eduardo Gomes** esclarece
500. que ultrapassa a BR 365, ao sul, e a 135, ao norte, a partir de Nova Esperança. Informa
501. que não abrange a granja da Somai, estando uma cota acima, pegando a serra Bonita. O
502. **Conselheiro Alexandre Pinto** volta a perguntar se os proprietários podem explorar
503. econômica e financeiramente a atividade agrícola e pecuária dentro da APA. O
504. **Conselheiro Eduardo Gomes** informa que a APA não condiciona impedimento a
505. nenhuma atividade econômica, como já acontece em outros pontos do estado. Haverá
506. reuniões para discussão e esclarecimentos. A APA não será criada por imposição. O
507. **Conselheiro Alexandre Pinto** lembra que há conflitos de terra nessa área e questiona se,
508. a partir do momento em que a APA for efetivada, se ela deixa de ser do interesse do
509. Incra. O **Conselheiro Eduardo Gomes** informa que não. Há projetos de assentamentos



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

510. dentro de APAs. Pode continuar passiva de desapropriação pelo Incra. Amplia-se o rigor
511. no atendimento da norma ambiental. Todo assentamento tem que passar por um
512. procedimento que cai no COPAM. Já se questionou, para que o Estado pressione junto
513. ao Incra, a intenção de usar áreas dentro dessa área que o próprio estudo do estado
514. determina como áreas frágeis, que iriam condicionar um condicionamento complexo. O
515. **Conselheiro Paulo Ribeiro** reforça que claramente desestimula esse tipo de atividade. O
516. tipo de atividade de assentamento que o Incra vem fazendo é desaconselhável numa área
517. sensível como essa, que são sítios arqueológicos, são áreas sensíveis de proteção. O
518. **Conselheiro Eduardo Gomes** completa que as condicionantes, num processo como
519. esse, tornaria inviável o processo produtivo dentro de uma área. Diz que as
520. condicionantes são baseadas na questão ambiental. O **Conselheiro Alexandre Pinto**
521. torna a questionar se a área continua, para o Incra, passível de reforma agrária. O
522. **Conselheiro Major Jorge Bonifácio** pergunta à Dra. Mônica que encaminhamentos
523. estão previstos pela Cemig para a superação dos problemas de segurança das localidades
524. e fiscalização que surgirão após o funcionamento da usina. **Dra. Mônica** informa que a
525. Cemig, nas suas diversas usinas trabalha em cooperação com a Polícia Militar. Diz que
526. ainda não há nada de específico acertado, mas a função de segurança pública é da Polícia
527. e, como este trabalho de parceria que existe em outras usinas, deverá existir também em
528. Irapé. O **Conselheiro Paulo Ribeiro** sugere que, além dos dois núcleos de
529. documentação a serem implantados, também se fizesse uma unidade de documentação
530. no Parque de Grão Mogol, que vai ter um grande número de visitantes. **Dra. Mônica**
531. informa que a implantação do núcleo na usina desagradou aos sete municípios
532. envolvidos, mas, pelos cuidados adotados, o número de visitantes será muito grande
533. também em Irapé. O **Conselheiro Cássio Avelino**, da FEDERAMINAS, pergunta se a
534. Fazenda das Quebradas está incluída na proposta do parque estadual. O **Conselheiro**
535. **Paulo Ribeiro** informa que há possibilidade de envolver a Fazenda Quebradas, além de
536. outras três: Guiné, a de Luiz Pires e de Francisco Pires. Tudo vai depender de estudos.
537. São inclusive fazendas ameaçadas de ocupação. **Item 15 – Assuntos Gerais -O**
538. **Presidente** informa que há seis pessoas inscritas e vai passar a chamá-las. Em primeiro
540. lugar, **João Ribeiro, membro da Comissão de Irapé**. Diz que está satisfeito por ser
541. grão-mogolense e ver realizar-se essa reunião em sua cidade. Diz que, quando da criação
542. de Irapé, houve muitas audiências públicas e questiona por que não aconteceu quando da
543. criação do Parque de Grão Mogol, com os moradores da área para ouvi-los e para fazer
544. os devidos esclarecimentos. **Silvério Seabra**, da Comissão de Regularização Fundiária
545. do IEF, diz que a obrigação da audiência pública por parte do órgão encarregado de fazer
546. os estudos se dá com o advento da Lei 9985/2000, que cria o Sistema Nacional de
547. Unidades de Conservação. Informa que os estudos para a implantação do parque se
548. iniciaram em 1996 e foi instituído em 1998. Em data, portanto, anterior à lei. Lamenta
549. que isso não tenha sido feito, mas diz que os estudos de desocupação da área e de
550. realocação vão ser realizados levando em conta a comunidade, como tem sido feito em
551. outros parques. O **Sr. João Ribeiro** diz que esteve em Cristália acompanhando uma
552. reunião onde houve reclamações em relação à qualidade das construções destinadas aos
553. atingidos, falando-se até em casas caindo. Há muitas reclamações quanto ao trabalho das
554. empreiteiras. Diz também que há atingidos que ainda não têm seu terreno pronto para
555. plantio e já há muita semente perdida. **Dra. Mônica** diz que há muitas empresas
556. contratadas e, de fato, houve alguns problemas quanto a acabamento de casas, mas
557. nenhuma casa vai cair. A Cemig fiscaliza as empreiteiras, recebe casa por casa e entrega



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

558 às famílias. A família, ao chegar à casa, vistoria tudo e assina um termo de recebimento.
559 Algumas empresas fora substituídas por problema de acabamento, mas não de segurança.
560 Vão ser feitas 492 casas. 220 estão prontas. Muitas famílias estão ansiosas para receber
561 as casas, mas tudo vai sair dentro do processo normal. Se há culpa, é de não ter tudo
562 pronto quando todo mundo quer, ao mesmo tempo. O **Sr. João Ribeiro** informa que há
562 problemas quanta às plantações de eucalipto, que estão querendo ocupar áreas de que não
563 têm documentação, requerendo usucapião. Diz que já contestou na Justiça uma área que
564 é próxima à sua. Quer que isso seja do conhecimento do Conselho. **Graziele Santos, da**
565 **Pastoral da Terra** informa que há 142 famílias, aproximadamente 700 pessoas, no
566 Parque de Grão Mogol. São famílias pobres, que sobrevivem lá com todas as
567 dificuldades de acesso a água, a recursos. Depois da criação do parque a situação piorou;
568 escolas foram fechadas, recursos a que tinham acesso foram negados, as estradas
569 pioraram, não puderam mais criar animais como faziam, nem puderam mais desmatar.
570 Pede que se reveja, na implementação do parque, a situação dessas famílias que foram
571 tratadas com descaso na criação do parque. Pede que se trate com carinho aquelas
572 famílias, muitas das quais já se encontram lá há muitos anos e querem apenas viver em
573 paz e em liberdade como antes. **Antônio César, do IEF**, diz que em sua fala deixou
574 claro que o Parque Estadual de Grão Mogol não foi uma iniciativa do IEF. O IEF
575 atendeu a um chamado da comunidade científica, através da USP, da UFMG, de
576 pesquisadores de Grão Mogol e de pessoas que representavam o poder legislativo e
577 executivo da cidade. Diz que foi procurado por proprietários da área com relação a
578 financiamentos e todos foram atendidos. Não houve qualquer restrição do IEF quanto ao
579 uso da terra. Ao contrário, muitas aplicadas de forma indevida foram retiradas. Lamenta
580 que o parque não tenha sido implantado até hoje. O **Presidente** diz à representante da
581 Pastoral da Terra que está feito o registro de suas reivindicações e é função do Conselho
582 olhar essas reclamações com detalhe. Chegando a Belo Horizonte vai procurar o Dr.
583 Sérgio Vale para verificar o que está acontecendo e dar uma resposta adequada.
584 **Alexandre Gonçalves, da Comissão da Pastoral da Terra**, diz que tudo o que Grazielle
585 colocou são conversas da comunidade, que infelizmente não está presente para
586 esclarecer. Diz que a comunidade não é contra o parque, mas quer que se faça um
587 redesenho excluindo a área onde estão. Com relação a Irapé, diz que, conforme relatório
588 de comissão de atingidos, há casas em condições precárias; pessoas há três anos não têm
589 possibilidade de plantar, vivendo de forma desumana; pessoas estão morando em
590 alojamentos de funcionários, porque parte das casas já foi destruída; pessoas que ainda
591 não sabem para onde vão. E ainda fatos que diferem do que foi dito nesta reunião. Diz
592 ainda ter informação de que a Câmara de Infra-estrutura do COPAM, em reunião
593 realizada no dia 01 de abril de 2005, considerou que as condicionantes estão
594 suficientemente cumpridas, podendo a Cemig entrar com pedido de Licença de
595 Operação. A Comissão dos atingidos encaminhou carta ao Ministério Público
596 contestando essa deliberação do COPAM, porque muitas pendências ainda não foram
597 cumpridas. A **Dra. Mônica** diz que, na sua apresentação, afirmou que o maior esforço do
598 Projeto é a questão de comunicação. Esclarece que o que o COPAM decidiu em 01 de
599 abril foi em relação a um óbice que havia desde 2004 e que impedia qualquer
600 consideração do Projeto. Quanto ao pedido de LO, qualquer empresa tem o direito de
601 fazê-lo. Outra coisa é o julgamento, a concessão. Há muitas informações truncadas e
602 cabe a ela e sua equipe esclarecer. Entende que na concessão da LO todos os
603 condicionamentos estarão cumpridos. Com relação à safra, muitas famílias plantaram na



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

604 origem, porque sabiam que o lago não ia encher. A Cemig é uma empresa séria e não vai
605 começar a encher o lago sem uma licença de operação. Por essa contra-informação, a
606 Cemig está fazendo uma verba extraordinária de manutenção para essas famílias, já
607 depositada, no valor de 20% da verba de manutenção, que é de R\$ 4.000,00. A Cemig já
608 depositou e as famílias já estão utilizando R\$ 800,00, por família, a título de verba de
609 manutenção extraordinária porque muitas famílias plantaram na área de origem e em
610 função de problemas de comunicação, a empresa deliberou fazer o pagamento dessa
611 verba extraordinária. Coloca-se à disposição para esclarecer todas as dúvidas que se
612 fizerem necessárias. O **Presidente** confirma que o pedido da licença é um direito, a
613 concessão está amarrada a uma série de fatores. As condicionantes têm que ser
614 cumpridas. É importante esse debate democrático de projeto que interessa à comunidade.
615 Talvez hoje muitas hidrelétricas já não fossem construídas, porque o mundo mudou, as
616 negociações são diferentes. A discussão é boa e todos crescemos com isso. Muitas coisas
617 são realmente problemas, mas muitas coisas são falta de informação. **Dra. Mônica**
618 informa, em primeiro lugar, que hoje todos sabem para onde vão, os grupos estão
619 fechados e as terras escolhidas. Segundo, há famílias morando de forma precária porque
620 não esperaram a mudança. São 220 casas prontas e só foram transferidas 112 famílias,
621 porque se está esperando ter escola, transporte, água, luz, etc. Essa é a condição da
622 transferência. Mas algumas famílias não esperam, o que é ruim, porque ficam mal
623 acomodadas; por outro lado, demonstra que querem ir para a área nova, o que é
624 importante. **Silvério Seabra** diz que, quanto ao fato de as famílias ficarem fora da área
625 do parque, isso foi tratado no início. Está aí para essa finalidade e vai reunir-se com a
626 Prefeitura para discutir isso. Também está encaminhando um estudo na área competente
627 do Governo, que encaminhará Assembleia. Diz ainda que todos os parques foram criados
628 por lei autorizativa e, posteriormente, o Governo fez decreto regulamentando. Também
629 essa ampliação, esse novo desenho passará por uma lei. Se a Assembleia aprovar, será
630 feito. **Alexandre Gonçalves** diz que os problemas colocados são passados pela comissão
631 e foram publicados. Diz não ter conhecimento direto dos problemas. Insiste que existem
632 pendências e pode haver problemas de escrita, pois se diz que “as condicionantes estão
633 suficientemente cumpridas, podendo a Cemig entrar com pedido de licença de operação”.
634 Isso é um questionamento da comissão e do Ministério Público. O **Presidente** diz que o
635 que está acontecendo é mais um problema legal, da Cemig. E ela se abriu para esclarecer
636 todas as dúvidas. De qualquer maneira, o Conselho está atento e a Câmara de Infra-
637 estrutura está analisando. Somente depois de tudo acertado é que vai ser julgado pela
638 Câmara de Infra-estrutura. Informa que, quando o IEF apresentar o projeto,
639 imediatamente o governo encaminhará à Assembleia. **Lúcio Costa**, Presidente do
640 Sindicato de Trabalhadores Rurais de Grão Mogol, relembra que foi dito que, quando se
641 fez o projeto do Parque Estadual de Grão Mogol, não havia esse processo democrático,
642 essa mobilização. Julga que houve um descaso com relação ao direito de ir e vir.
643 Também discorda de Antônio César que afirmou que o IEF não veio aqui criar parque.
644 De fato, foi criado por Azeredo, dentro de um gabinete, e o IEF é apenas um órgão, um
645 instrumento. Quanto a Irapé, diz que não adianta chorar o leite derramado. Mas dentro do
646 coração de um camponês, de um ribeirinho, de um sertanejo, os sentimentos que eles
647 estão levando para essas casas novas muito bonitas nunca vão ser esquecidos, nunca vão
648 encobrir esses sentimentos. Pergunta por que ainda há 600 famílias para serem
649 assentadas, se Irapé, que demoraria 10 anos para ser construída, está sendo feita em dois
650 anos, por que para a construção das casas há essa morosidade. **Dra. Mônica** diz que a



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

651 barragem não dependeu de gente para formar grupo, para escolher terra; foram
652 vistoriados mais de 200.000ha no Jequitinhonha, em estradas ruins. Era a decisão da vida
653 das pessoas. Depois disso é que se começam outras decisões. As mudanças de prefeitos
654 também trouxeram problemas. Depois ainda há outras etapas. Não faltam esforços.
655 **Geraldo Ramos Fróes** diz que ninguém é contra o parque, ninguém é contra quem vive
656 lá. É preciso chegar a um consenso. Conhece o parque palmo a palmo e sabe que a
657 criação do parque pegou os moradores ainda no estágio do período de colonização. Não
658 acredita que o Governo venha prejudicar quem mora no parque. É preciso o consenso. A
659 estrutura que o parque cria tem que ter a aceitação de todos. Mas ninguém, nenhuma
660 família pode ficar prejudicada, A USP deixou, em mais de 27 anos de pesquisa, a
661 identificação de mais de 1070 espécies novas de vegetais, sendo 70 endêmicas da região.
662 São três volumes publicados pela USP. Só isso é de um grande valor até no âmbito
663 internacional e pode trazer uma grande contribuição para todos, inclusive para quem vive
664 no parque. O **Presidente** concorda. Está na hora de discutir. Da mesma maneira que
665 existem problemas, o parque vai trazer para a região muitos benefícios. Muita coisa tem
666 que ser considerada no aspecto ambiental, no aspecto social, turístico, com um turismo
667 adequado sustentável para a região. Diz que é importante colocar as pessoas para
668 negociarem, conversarem e para terem uma solução. Considera que precisamos definir o
669 caminho que queremos seguir. Passa a palavra a **Reidavi Duarte**, Gerente Ambiental do
670 SAAE, de Pirapora. Parabeniza o COPAM pela reunião em Grão Mogol e enaltece a
671 beleza da cidade. Aproveitando a presença do Secretário e do Promotor, denuncia ao
672 Conselho que ainda continuam a aparecer peixes mortos no rio São Francisco. Diz que é
673 a primeira vez que vê isso acontecer com tamanha contumácia. Informa que em reunião
674 dos Povos do Cerrado, professores da Unimontes falavam da causa do problema, que
675 poderiam ser metais pesados acumulados no rio São Francisco, provavelmente advindos
676 das lavouras ou de indústrias. Mas não se tinha uma causa definida. Questiona se não se
677 estaria acumulando metais pesados nos poços do rio, e Três Marias não tem soltado água
678 suficiente para fazer esses metais descerem. Sugere que o Promotor peça análise das
679 águas desses poços para ver se não há acúmulo de metais pesados, uma vez que o peixe
680 que está morrendo é o surubim de grande porte. Diz que isso preocupa porque hoje morre
681 o surubim, amanhã a água sobe e morrem as crianças. Se não se cortar o mal pela raiz
682 vamos ter problemas sérios no futuro. O **Conselheiro Paulo César Lima** diz que essa
683 questão da mortandade de peixes já foi levantada em diversas ocasiões. Após uma
684 reunião do Conselho em Montes Claros, foi encaminhado ao NEA – Núcleo de
685 Emergências Ambientais da FEAM – que já fez um estudo prévio. Informa que, segundo
686 o Secretário Adjunto, já existe um relatório parcial, não totalmente conclusivo. Informa
687 também que essa questão está centralizada na Coordenadoria Geral, em Belo Horizonte,
688 com Dr. José Aparecido. Depois que chegarem os laudos da FEAM, alguma medida vai
689 ser tomada. Segundo cálculos de técnicos, já morreram cerca de trinta toneladas de
690 peixes no rio São Francisco. Afirma que para ele isso é uma questão que precisa de
691 empenho especial e que o Ministério Público irá às últimas conseqüências. Em julho,
692 com certeza, medidas serão tomadas. O **Conselheiro Dalton Soares Figueiredo** diz que
693 a preocupação é grande, a mortandade continua e até julho muita coisa pode acontecer. O
694 **Conselheiro Paulo César Lima** diz que o problema é que nem o NEA sabe qual é a
695 causa. O que se vai fazer é aprofundar os estudos para chegar ao agente poluidor. É
696 preciso ir com segurança, apesar do impacto que está havendo. Em julho, de posse dos
697 laudos da SEMAD, o Ministério Público vai tomar providências. O **Presidente** informa



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

698 que o CETEC está num trabalho de ponta sobre isso e, em julho, deverá terminar uma
699 série de medições e análises que estão sendo feitas. O **Conselheiro Eduardo Gomes** diz
700 que considera esse fato da maior gravidade, pois, se tantos peixes morrem, isso já deve
701 estar inserido na cadeia alimentar envolvendo pescadores e consumidores. Ressalta que o
702 metal pesado se acumula e, quando não mata, vai gerar seqüelas futuras. É uma situação
703 emergencial que precisa de uma atenção especial. A **Conselheira Mônica Ladeia** pede
704 que, na próxima reunião se apresente pelo menos um laudo parcial. O **Presidente** diz
705 que, se estiver pronto, trará o laudo, que com certeza, no final de julho estará pronto.
706 Informa que tivemos três novas leis publicadas pelo COPAM há quinze dias. Questiona
707 se os Conselheiros as receberam e afirma que têm que receber as leis de imediato.
708 Informa que há uma lei sobre co-processamento de resíduos de cimento, mais na área de
709 resíduos sólidos; uma lei, aprovada “ad referendum”, sobre barragens de mineração,
710 conseqüência do acidente de Cataguases; o ICMS Ecológico, cujo conhecimento pelos
711 Prefeitos é de grande importância, pois novas regras estão sendo propostas pelo Estado.
712 No dia do Meio Ambiente, comemorado no dia 09, o Governador Aécio Neves assinou
713 uma série de documentos e entregou à população, entre outras coisas, o Atlas da
714 Biodiversidade, feito pelo IEF e pela Biodiversitas. Também a Cobertura Vegetal de todo
715 o estado, num trabalho realizado pela UFLA e pelo IEF. Pede que na próxima reunião se
716 entreguem os mapas para todos os Conselheiros. Diz que, como é difícil obter o Atlas,
717 fará um sorteio entre os Conselheiros. Informa que o Governador enviou uma proposta
718 modificando bastante o ICMS Ecológico. Relembra a Farra das APAs, publicada pelo
719 Estado de Minas. Em muitos casos a reportagem tem razão. Informa que o ICMS
720 Ecológico é 1% do ICMS. Dele, 1/2% é para resíduo sólido e 1/2% é para Unidade de
721 Conservação. Não se tinha parâmetro que desse a qualidade do produto. Um tratamento
722 de qualidade de resíduo sólido tinha o mesmo valor que um trabalho sem critério. Não
723 havia termos de comparação. Houve um esforço muito grande do Grupo de Trabalho
724 para qualificar as ações. O Governador está propondo aumentar de 1% para 2% o ICMS
725 Ecológico e cria uma qualificação de resíduos sólidos. A APA passa a ser deliberação do
726 COPAM. O IEF passa a ser o órgão técnico. Propõe fazer uma apresentação do projeto
727 na próxima reunião, pois é um assunto de interesse geral. Também uma deliberação
728 normativa foi aprovada pelo COPAM, que muda substancialmente esse procedimento
729 das APAs, pontuando e qualificando todo tipo de unidade de conservação, definindo
730 assim os percentuais a que tem direito, de acordo com o que representa para a
731 comunidade, para a sociedade, para o município e como ela está sendo tratada. Informa
732 que será apresentada na próxima reunião e pede que o NARC coloque à disposição de
733 todos os Conselheiros para que tomem conhecimento. O **Presidente** fala também sobre a
734 DN 29, que trata dos convênios entre a Prefeitura e o Estado. Informa que o Estado tem
735 apenas quatro convênios: com as prefeituras de Belo Horizonte, Betim, Contagem e Juiz
736 de Fora, que estão inscritos hoje nessa legislação da DN 29. Com a mudança da DN
737 01/90 para DN 74/04, essa legislação também sofre alterações e tem que ser revista.
738 Tendo entrado na Câmara de Política Ambiental, a Câmara pediu que ela fosse discutida
739 em todos os COPAMs, em todas as instâncias, para que sejam enviadas propostas. Pede
740 que seja colocada na pauta, porque ela interessa muito às prefeituras, pois trata dos
741 CODEMAs. Quando ela for aprovada, os CODEMAs serão trabalhados dentro de um
742 “soft” preparado para isso. O **Presidente** informa ainda sobre a Educação Ambiental. É
743 um problema da maior importância no estado: faz com que as empresas, quando obtêm o
744 licenciamento, cumpram algumas obrigações em termos de Educação. A proposta que foi



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

745 apresentada tem sido muito elogiada, mas, mesmo assim, apresenta pontos que não
746 agradam. Muitas empresas grandes já fazem mais do que é pedido, enquanto as médias
747 não fazem quase nada. Diz que é uma longa discussão que vai iniciar-se e pede aos
748 Conselheiros que, caso tenham sugestões de suas instituições, encaminhem para o NARC
749 da região. O NARC vai acolher essas propostas e as encaminhará a Belo Horizonte, onde
750 um grupo vai criar uma sistematização desse processo. O representante do COPAM na
751 CPA estará lá participando das discussões levando as propostas e trazendo as
752 informações que vão alimentar os debates. Pede que o COPAM participe ativamente
753 dessa rede, porque Belo Horizonte já não define sozinha as políticas. Os Conselhos é que
754 têm hoje esse papel. Belo Horizonte e os diversos órgãos dão o suporte de conhecimento,
755 de experiências. O **Conselheiro Paulo César Lima**, considerando a exposição da equipe
756 de Montes Claros sobre a Lapa Grande, propõe uma moção para o Secretário solicitando
757 que ele recomende ao IEF que dê início aos levantamentos para a criação da unidade de
758 conservação no Parque Estadual da Lapa Grande. Posta m votação pelo Presidente, a
759 moção é aprovada. Sugere também, ainda em relação à Lapa Grande, que o COPAM
760 Regional oficiasse ao Incra, para tomar conhecimento de como se encontra a situação na
761 área. Informa que o Ministério Público já oficiou ao Incra, que encaminhou a Marina
762 Silva. Diz que obteve informação de que está prestes a ser aprovado. Pede a intervenção
763 do Conselho para evitar futuros problemas com possível ação de desapropriação para
764 colocar sem-terra numa área absolutamente imprópria, criando dificuldade inclusive para
765 os assentados. O **Presidente** coloca em votação essa moção, que é aprovada. O
766 **Conselheiro Paulo César Lima** levanta também o problema da Somai. Frequentemente
767 tem recebido moradores do entorno da Somai reclamando de moscas. Diz que não foi ao
768 local, mas considera o problema complicado, pois é uma empresa já licenciada. E é
769 preciso tomar uma posição. O **Presidente** diz que está havendo uma grande discussão no
770 COPAM. Participou de uma grande reunião em Lagoa da Prata sobre o problema de
771 moscas e granjas. Diz que foi criado um grupo de trabalho envolvendo vários órgãos, que
772 produziu um trabalho que foi aprovado como moção ao COPAM sugerindo medidas.
773 Tendo dado entrada no COPAM, foram pedidas vistas no processo, que deve retornar no
774 dia 20 de julho. Informa que o problema tem solução, desde que tomadas as medidas
775 adequadas. Todos esses cuidados deveriam estar no termo de referência. Lembra um
776 levantamento feito em Belo Horizonte, que constata que 70% do pessoal que mora em
777 volta das granjas têm criação de porcos, o que também causa mosquitos, que não são da
778 granja. Por isso o problema é complicado e está na hora de começar a discutir isso neste
779 Conselho também. Propõe trazer um pouco dessa experiência e começar a estudar aqui. É
780 uma experiência muito interessante, não só técnica, mas principalmente de arranjos
781 sociais, de comprometimento da própria empresa, que, depois que começou a trabalhar
782 com o que foi colocado pelo IMA, pela Saúde Pública, praticamente acabou com os
783 mosquitos. O **Conselheiro Eduardo Gomes** informa que o problema da Somai, em
784 Montes Claros, se arrasta há quase 15 anos, desde a criação do Codema, em 1991.
785 Estudos foram feitos e a solução indicada, controle biológico, durante muito tempo
786 mostrou-se eficiente, além do controle do resíduo. O problema voltou no ano passado e o
787 que se aventou é que a empresa falha na periodicidade do controle. Quando ela atende ao
788 cronograma, o problema deixa de existir. Aconselha que se deve ter rigor junto à
789 empresa quanto ao controle. O **Conselheiro Paulo César Lima** diz que sua preocupação
790 se fundamenta no fato de ser uma empresa licenciada. Sugere um encaminhamento mais
791 concreto para que, na próxima reunião se possa dar algum encaminhamento. O



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

792 **Presidente** diz que tomará providências quanto a esse caso. Em seguida, pede que se
793 leiam as duas propostas das moções já votadas, para que se possa avaliar a redação.
794 **Carolina Fagundes**, Assessora Jurídica do NARC, faz a leitura. Primeira moção: “A
795 Unidade Colegiada COPAM Norte de Minas, em sua 13ª reunião ordinária, realizada no
796 dia 21 de junho de 2005, na cidade de Grão Mogol, com fulcro nos incisos 1,2 e 3 do
797 artigo 16 do Decreto 43278, de 22 de abril de 2003, e, considerando as manifestações dos
798 Conselheiros Paulo Ribeiro, representante da Secretaria de Meio Ambiente de Montes
799 Claros, e Eduardo Gomes, representante do Instituto Grande Sertão, durante a sessão de
800 apresentação da APA e Parque Lapa Grande; considerando ainda que a região apresenta
801 relevante interesse de proteção ambiental, aprovou a seguinte moção: Recomendar ao
802 Instituto Estadual de Florestas que dê início aos levantamentos para a criação da unidade
803 de conservação Parque estadual da Lapa Grande.” O **Conselheiro Eduardo Gomes** pede
804 que se anote: “Parque Estadual e APA Estadual”. O **Presidente** apresenta a nova
805 **Coordenadora do NARC Norte de Minas, Maria Cláudia**. Ela informa que o Núcleo
806 Regional de Apoio do COPAM Norte e a FEAM vão realizar um Seminário de
807 Minimização dos Impactos Ambientais nos Depósitos de Resíduos Sólidos Urbanos,
808 tendo como objetivo prestar apoio técnico aos municípios no cumprimento das
809 Deliberações Normativas 52 e 75. O Seminário vão acontecer no dia 28 de junho em
810 Montes Claros, no auditório da FIEMG, de 8h a 17h, e no dia 30 de junho, em Pirapora,
811 de 8h a 17h, no salão nobre do Hotel Canoeiros. As inscrições podem ser feitas no
812 COPAM, telefone (38) 32123811, com Márcia. Em Belo Horizonte, no telefone (31)
813 329866545, com Cláudia. O Presidente observa que não é no COPAM, mas no NARC.
814 COPAM é o Conselho ali reunido. O **Conselheiro Jueli Cardoso** pergunta se não é
815 possível enviar as informações pelo e-mail dos Conselheiros. Justifica que a Associação
816 dos Municípios já fez também um convite para um seminário e ele poderia aproveitar a
817 oportunidade para estender o convite a outros municípios. Quanto à Agenda 21, como há
818 alguns trabalhos sendo realizados em Paracatu e Uruçúia, sugere que se busquem esses
819 agentes para participarem, realizando um trabalho integrado e evitando superposição.
820 Propõe enviar por e-mail o endereço desses agentes. O **Presidente** diz que vários
821 municípios têm trabalhos muito bons em termos de Agenda 21. A idéia é sistematizar
822 esses trabalhos para se somar e não deixar coisas perdidas. Como todos trabalham em
823 cima dos eixos temáticos, é importante fazer a interação desses trabalhos. A **Conselheira**
824 **Mônica Ladeia** lembra que há no Conselho as vagas das ONGs e há entidades querendo
825 participar. O **Presidente** informa que, dentro de 1 mês, não mais, estará sendo feita a
826 reunião em Montes Claros para solucionar o problema. Até o final de julho será feita
827 uma eleição atendendo a todas as determinações legais. O **Conselheiro Eduardo Gomes**
828 coloca o Instituto Grande Sertão à disposição, pois tem contato com as ONGs, tem
829 informações sobre as que estão em condições de participar. O **Conselheiro Paulo**
830 **Ribeiro** informa que, tendo sido procurado pelo Promotor Paulo César, coloca a
831 Secretaria de Meio Ambiente de Montes Claros à disposição para o trabalho de
832 capacitação dos CODEMAs da região. Seria um trabalho conjunto do NARC,
833 Promotoria e Secretaria Municipal de Meio Ambiente. **Carolina Fagundes** lê a segunda
834 moção: “Oficiar ao Incra noticiando os trabalhos que estão sendo desenvolvidos para a
835 criação da APA Lapa Grande, visando a evitar a desapropriação da área para fins de
836 reforma agrária dado seu valor ambiental para a região”. O **Presidente** manda
837 acrescentar “APA Montes Claros”. O **Conselheiro Paulo Ribeiro** sugere que se escreva
838 “ambiental, histórico e cultural”, porque lá são sítios arqueológicos. O **Presidente** pode



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

839 desculpas pela duração da reunião, mas justifica que os assuntos eram importantes.
840 Agradece a toda a equipe de Grão Mogol que deu grande ajuda ao NARC. Agradece ao
841 NARC que enfrenta a dificuldade de armar uma reunião em cada lugar. Anuncia que a
842 próxima reunião será em São Francisco, em homenagem ao Promotor. A seguinte será
843 em Jaíba, onde se fará uma visita ao programa. Em São Francisco haverá apenas duas ou
844 três palestras em pauta para que a reunião não fique cansativa. Justifica que não está
845 pedindo sugestões porque há muitas palestras importantes para serem apresentadas. Na
846 próxima reunião será apresentada a DN 29 e Indicadores Ambientais de Qualidade
847 Ambiental. Também será tratada a Educação Ambiental. **O Conselheiro Eduardo**
848 **Gomes** sugere que o NARC passe as palestras em cd's junto com os outros documentos.
849 O Presidente agradece à Secretária de Turismo de Grão Mogol, Diná Costa, e ao
850 Secretário de Meio Ambiente, Paulo Eugênio Paulino. Agradece ressaltando que o Norte
851 vai ter um COPAM de ponta. Agradece aos Conselheiros pela participação

852 **Item 16 - Encerramento**

853 Não havendo outros assuntos a serem tratados, o **Presidente Shelley de Souza**
854 **Carneiro**, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi
855 lavrada a presente ata.

856

857 Shelley de Souza Carneiro

858

859

860